



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 67/2026

SISTEMA: REGISTRO DE PREÇOS

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

1. OBJETO

1.1. REFERE-SE A REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE **RECARGA DE OXIGÊNIO MEDICINAL GASOSO COM CILINDROS EM REGIME DE COMODATO E FORNECIMENTO DE OXIGÊNIO MEDICINAL LÍQUIDO COM DISPENSAÇÃO E INSTALAÇÃO DO TANQUE EM REGIME DE COMODATO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

1.2. Em observância ao tratamento favorecido, diferenciado e simplificado previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com alterações posteriores, a presente licitação adotará, para os itens que comportem divisão sem prejuízo da execução contratual e do conjunto da solução, reserva de cota para participação de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas, nos termos do art. 48, inciso III, da referida Lei Complementar, conforme detalhamento constante da planilha de itens do subitem 2.2 deste Termo de Referência.

1.3. Para os itens submetidos à sistemática de cota reservada, será adotada divisão entre cota principal destinada à livre concorrência e cota reservada destinada exclusivamente à participação de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas, observadas as quantidades e condições definidas pela Administração.

1.4. Não será aplicada ao item referente ao fornecimento de oxigênio medicinal em estado líquido, com cessão de tanque criogênico em regime de comodato, a reserva de cota prevista no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, em razão da inviabilidade técnica, operacional e funcional do parcelamento da execução.

1.5. O referido item possui natureza integrada e não recomendável o parcelamento técnico da execução sob o aspecto operacional, contemplando não apenas o fornecimento do insumo, mas também a cessão do tanque criogênico em regime de comodato, sua instalação, abastecimento contínuo, manutenção preventiva e corretiva, instrumentação, suporte técnico e integração com a rede de distribuição de oxigênio já existente no Hospital Municipal e Unidade de Terapia Intensiva – UTI.

1.6. A adoção de múltiplos fornecedores para execução do mesmo sistema implicaria coexistência de estruturas incompatíveis sobre infraestrutura única de armazenamento e distribuição, com potencial geração de conflitos operacionais, indefinição de responsabilidades, dificuldades de manutenção, perda de rastreabilidade do insumo, aumento do risco de interrupção do abastecimento e comprometimento da segurança assistencial.

1.7. Além disso, a utilização simultânea de tanques, instrumentos e rotinas operacionais distintos mostra-se incompatível com a lógica de funcionamento da rede central de gases medicinais, podendo



ocasionar dificuldades de operação, fiscalização, transição de abastecimento, manutenção e resposta a eventos críticos.

1.8. Considerando tratar-se de insumo diretamente relacionado à preservação da vida e ao funcionamento contínuo do Hospital Municipal, Pronto Socorro e Unidade de Terapia Intensiva – UTI, a divisão do item poderá comprometer a adequada execução contratual, a eficiência administrativa e a continuidade do serviço público de saúde, razão pela qual o item permanecerá destinado à livre concorrência, em observância aos princípios da eficiência, segurança, continuidade do serviço público e seleção da proposta mais vantajosa.

2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços – SRP, visando ao Registro de Preços para futura, eventual e parcelada aquisição de recarga de oxigênio medicinal gasoso com cilindros em regime de comodato e fornecimento de oxigênio medicinal líquido com dispensação e instalação do tanque em regime de comodato para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

2.1.1. Os quantitativos previstos possuem caráter estimativo, tendo sido definidos com base na demanda projetada e na memória de cálculo constante dos autos, não gerando à Administração obrigação de contratação integral ou consumo mínimo durante a vigência da Ata de Registro de Preços, sendo as aquisições realizadas conforme necessidade, disponibilidade orçamentária e interesse público, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e regulamentação vigente.

2.2. A descrição detalhada dos itens objeto da contratação, contendo especificações técnicas, unidades de medida, quantitativos estimados, valores unitários, valores totais estimados e respectivo critério de participação, incluindo cota principal destinada à livre concorrência e cota reservada para Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas, quando aplicável, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, encontra-se consolidada na PLANILHA DE DESCRIÇÃO DOS ITENS, UNIDADE DE MEDIDA, QUANTIDADE, VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS, integrante deste Termo de Referência.

| ITEM | DESCRIÇÃO | UND | QTD | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL | PARTICIPAÇÃO |
|------|---|-----|------|-------------|----------------|---|
| 1 | OXIGÊNIO MEDICINAL GASOSO CAPACIDADE DE 1 M³, COM GRAU DE PUREZA CONFORME NORMAS SANITÁRIAS VIGENTES, DEVENDO INCLUIR O FORNECIMENTO DOS CILINDROS EM REGIME DE COMODATO. | UND | 1725 | R\$ 112,60 | R\$ 194.235,00 | Livre Concorrência |
| 2 | OXIGÊNIO MEDICINAL GASOSO CAPACIDADE DE 1 M³, COM GRAU DE PUREZA CONFORME NORMAS SANITÁRIAS VIGENTES, DEVENDO INCLUIR O FORNECIMENTO DOS CILINDROS EM REGIME DE COMODATO. | UND | 575 | R\$ 112,60 | R\$ 64.745,00 | Cota reservada para Micro e Pequenas empresas nos termos do Art. 48 inciso III da lei C. 123/06 |
| 3 | OXIGÊNIO MEDICINAL GASOSO | UND | 1500 | R\$ 116,67 | R\$ 175.005,00 | Livre |



| | | | | | | |
|---|---|-----|--------|------------|------------------|---|
| | CAPACIDADE DE 2 M³, COM GRAU DE PUREZA CONFORME NORMAS SANITÁRIAS VIGENTES, DEVENDO INCLUIR O FORNECIMENTO DOS CILINDROS EM REGIME DE COMODATO. | | | | | Concorrência |
| 4 | OXIGÊNIO MEDICINAL GASOSO CAPACIDADE DE 2 M³, COM GRAU DE PUREZA CONFORME NORMAS SANITÁRIAS VIGENTES, DEVENDO INCLUIR O FORNECIMENTO DOS CILINDROS EM REGIME DE COMODATO. | UND | 500 | R\$ 116,67 | R\$ 58.335,00 | Cota reservada para Micro e Pequenas empresas nos termos do Art. 48 inciso III da lei C. 123/06 |
| 5 | OXIGÊNIO MEDICINAL GASOSO CAPACIDADE DE 10 M³, COM GRAU DE PUREZA CONFORME NORMAS SANITÁRIAS VIGENTES, DEVENDO INCLUIR O FORNECIMENTO DOS CILINDROS EM REGIME DE COMODATO. | UND | 5250 | R\$ 218,37 | R\$ 1.146.442,50 | Livre Concorrência |
| 6 | OXIGÊNIO MEDICINAL GASOSO CAPACIDADE DE 10 M³, COM GRAU DE PUREZA CONFORME NORMAS SANITÁRIAS VIGENTES, DEVENDO INCLUIR O FORNECIMENTO DOS CILINDROS EM REGIME DE COMODATO. | UND | 1750 | R\$ 218,37 | R\$ 382.147,50 | Cota reservada para Micro e Pequenas empresas nos termos do Art. 48 inciso III da lei C. 123/06 |
| 7 | OXIGÊNIO MEDICINAL EM ESTADO LIQUIDO, COM PUREZA MÍNIMA DE 99,5%, COM A CESSÃO EM REGIME DE COMODATO, DE TANQUE CRIOGÊNICO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 10.000 LITROS, INCLUINDO A INSTALAÇÃO DO TANQUE, ACESSÓRIOS E TUDO MAIS QUE FOR NECESSÁRIO PARA QUE O OXIGENIO CHEGUE EM PRESSÃO ADEQUADA PARA ALIMENTAR A REDE DE OXIGENIO DO HOSPITAL MUNICIPAL E UTI; VERIFICAÇÃO GERAL DO SISTEMA, INCLUINDO INSTRUMENTAÇÃO, EXECUTANDO AS IMEDIATAS AÇÕES CORRETIVAS NO SISTEMA E VISANDO PREVENIR EVENTUAIS FALHAS DE FUNCIONAMENTO, INSTRUMENTAÇÃO MENSAL, AVALIAÇÃO E SE NECESSÁRIO PINTURA E ATUALIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO VISUAL MENSAL. | m³ | 100000 | R\$ 12,48 | R\$ 1.248.000,00 | Livre Concorrência |
| O VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO É DE R\$ 3.268.910,00 (TRÊS MILHÕES, DUZENTOS E | | | | | | |



SESSENTA E OITO MIL, NOVECENTOS E DEZ REAIS).

O INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES SERÁ DE 2% (DOIS POR CENTO), INCIDENTE TANTO ENTRE OS LANCES INTERMEDIÁRIOS QUANTO EM RELAÇÃO AO LANCE DESTINADO A COBRIR A MELHOR OFERTA.

2.3. Os quantitativos previstos possuem caráter estimativo, tendo sido definidos com base na memória de cálculo constante dos autos, podendo sofrer variações conforme a necessidade efetiva da Administração, sem gerar direito à contratação integral ou quantitativo mínimo em favor da futura detentora da Ata de Registro de Preços.

2.4. O fornecimento será realizado de forma futura, eventual e parcelada, mediante emissão de autorização, requisição ou instrumento equivalente expedido pelos setores demandantes, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

2.5. Os itens deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes deste Termo de Referência e da planilha prevista no item 2.2, observadas as normas técnicas, sanitárias, de qualidade, segurança e demais regulamentações aplicáveis ao objeto.

2.6. Para todos os fins de participação, julgamento, execução, recebimento e fiscalização contratual, prevalecerão as informações e especificações constantes da planilha prevista no item 2.2.

2.7. O presente certame é composto por 07 (sete) itens, estruturados conforme a natureza e divisibilidade do objeto, contemplando itens submetidos ao regime de cota principal e cota reservada, bem como item destinado à livre concorrência, conforme disposto neste Termo de Referência.

2.7.1. Nos termos do art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, os itens referentes ao fornecimento de oxigênio medicinal gasoso foram desmembrados em:

- I. Cota Principal (75%), destinada à livre concorrência;
- II. Cota Reservada (25%), destinada exclusivamente à participação de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas.

2.7.2. Estão submetidos ao regime de cota principal e cota reservada os seguintes objetos:

- a) Oxigênio medicinal gasoso, capacidade de 1 m³, com fornecimento dos cilindros em regime de comodato;
- b) Oxigênio medicinal gasoso, capacidade de 2 m³, com fornecimento dos cilindros em regime de comodato;
- c) Oxigênio medicinal gasoso, capacidade de 10 m³, com fornecimento dos cilindros em regime de comodato.

2.7.3. A correspondência entre os itens destinados à cota principal e seus respectivos itens de cota reservada encontra-se definida na planilha constante do item 2.2, devendo ser observada para todos os efeitos de participação, classificação e contratação.

2.7.4. O item referente ao fornecimento de oxigênio medicinal em estado líquido, com cessão de tanque criogênico em regime de comodato, permanecerá destinado à livre concorrência, em razão da inviabilidade técnica e operacional da divisão da execução, conforme justificativa constante deste Termo de Referência.

2.8. A contratação observará, no que couber, critérios de sustentabilidade, eficiência, qualidade, segurança, continuidade do abastecimento e adequação dos insumos às finalidades públicas, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.



3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação tem por finalidade assegurar o fornecimento contínuo e ininterrupto de oxigênio medicinal à rede municipal de saúde, mediante aquisição de recarga de oxigênio medicinal gasoso com disponibilização de cilindros em regime de comodato e fornecimento de oxigênio medicinal em estado líquido, com cessão, instalação, abastecimento e suporte operacional de tanque criogênico, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

3.2. O objeto pretendido destina-se ao atendimento das unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde, especialmente Hospital Municipal, Unidade de Terapia Intensiva – UTI, Pronto Socorro e demais unidades de saúde que demandem utilização de gases medicinais, constituindo insumo essencial à manutenção da vida, ao atendimento de urgência e emergência, à assistência hospitalar, aos procedimentos clínicos e ao suporte terapêutico dos pacientes atendidos pela rede pública municipal.

3.3. A necessidade da contratação decorre da imprescindibilidade de manutenção do abastecimento regular e seguro de oxigênio medicinal, evitando riscos de descontinuidade dos serviços assistenciais e garantindo condições adequadas de funcionamento das unidades de saúde. A interrupção ou fornecimento inadequado do insumo poderá comprometer diretamente a assistência aos pacientes, especialmente em ambientes críticos de atendimento contínuo e suporte ventilatório.

3.4. A solução adotada contempla modelo híbrido de abastecimento, combinando o fornecimento de oxigênio medicinal gasoso por meio de cilindros em regime de comodato e o fornecimento de oxigênio medicinal líquido por sistema criogênico, permitindo atendimento adequado às diferentes realidades operacionais das unidades de saúde.

3.5. O fornecimento por cilindros proporciona flexibilidade operacional para atendimento descentralizado e demandas variáveis, enquanto o sistema de oxigênio líquido com tanque criogênico apresenta maior autonomia de abastecimento, redução da frequência de reposições, maior eficiência logística e maior estabilidade operacional para unidades de maior consumo, especialmente Hospital Municipal e Unidade de Terapia Intensiva – UTI.

3.6. Considerou-se ainda a existência de infraestrutura previamente implantada para operação do sistema criogênico, circunstância que favorece o aproveitamento da estrutura disponível, reduz intervenções adicionais e contribui para maior economicidade e continuidade operacional, sem prejuízo das adequações técnicas eventualmente necessárias para plena execução contratual.

3.7. Os quantitativos estimados foram definidos com base na memória de cálculo elaborada pela área demandante, considerando o histórico de consumo, a projeção de demanda para o período contratual, o perfil assistencial das unidades atendidas e margem operacional compatível com a criticidade do objeto.

3.8. A contratação encontra-se fundamentada no Documento de Formalização da Demanda – DFD, Estudo Técnico Preliminar – ETP, análise de riscos e demais elementos constantes dos autos, demonstrando-se necessária, adequada e compatível com o interesse público, observados os princípios da continuidade do serviço público, eficiência, economicidade, planejamento e preservação da saúde e da vida previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS



- 4.1. A solução definida pela Administração consiste na contratação, por meio do Sistema de Registro de Preços, de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento futuro, eventual e parcelado de oxigênio medicinal, contemplando o abastecimento em estado gasoso com disponibilização de cilindros em regime de comodato e o fornecimento de oxigênio medicinal em estado líquido mediante cessão, instalação, abastecimento e suporte operacional de tanque criogênico, conforme especificações constantes deste Termo de Referência.
- 4.2. A solução foi estruturada de forma a atender às diferentes necessidades operacionais da rede municipal de saúde, considerando características de consumo, logística, continuidade assistencial e infraestrutura existente nas unidades atendidas.
- 4.3. O fornecimento de oxigênio medicinal gasoso em cilindros destina-se principalmente ao atendimento de demandas descentralizadas, setores com consumo variável, situações emergenciais e demais necessidades que exijam flexibilidade operacional, devendo os cilindros ser disponibilizados em regime de comodato, em perfeitas condições de uso, conservação, manutenção e segurança.
- 4.4. O fornecimento de oxigênio medicinal líquido destina-se ao abastecimento contínuo das unidades com maior consumo, especialmente Hospital Municipal e Unidade de Terapia Intensiva – UTI, mediante utilização de tanque criogênico em regime de comodato, incluindo instalação, abastecimento, manutenção preventiva e corretiva, instrumentação e demais serviços necessários ao pleno funcionamento do sistema.
- 4.5. Integram a solução contratada todas as atividades acessórias indispensáveis à adequada execução do objeto, incluindo transporte especializado, carga e descarga, instalação, substituição de equipamentos quando necessária, suporte técnico, atendimento emergencial, manutenção dos equipamentos disponibilizados e demais providências necessárias para garantir o fornecimento contínuo e seguro do oxigênio medicinal.
- 4.6. A solução contempla todo o ciclo operacional do objeto, abrangendo planejamento do abastecimento, fornecimento dos insumos, disponibilização da infraestrutura necessária, utilização pelas unidades atendidas, manutenção dos equipamentos, reposição dos produtos e suporte técnico durante toda a execução contratual, bem como retirada ou substituição dos equipamentos disponibilizados em comodato ao término da contratação, quando aplicável.
- 4.7. As especificações técnicas dos itens, unidades de medida, quantitativos estimados e demais características encontram-se detalhadas na planilha constante do item 2.2 deste Termo de Referência.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. A contratação deverá assegurar o fornecimento contínuo, regular, seguro e ininterrupto de oxigênio medicinal, em estado gasoso e líquido, destinado ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e demais documentos integrantes do processo.
- 5.2. O oxigênio medicinal fornecido deverá atender integralmente às normas sanitárias vigentes e possuir grau de pureza compatível com sua destinação medicinal, devendo a contratada garantir rastreabilidade, qualidade, segurança e conformidade durante todas as etapas de produção, armazenamento, transporte e fornecimento.



5.3. O fornecimento do oxigênio medicinal gasoso deverá ocorrer com disponibilização dos respectivos cilindros em regime de comodato, cabendo à contratada fornecer equipamentos em perfeitas condições de uso, conservação, funcionamento e segurança, responsabilizando-se por sua substituição, manutenção e adequação sempre que necessário.

5.4. O fornecimento do oxigênio medicinal líquido deverá contemplar a cessão, instalação, abastecimento e manutenção do tanque criogênico em regime de comodato, incluindo todos os componentes, acessórios, dispositivos, conexões, vaporizadores, instrumentos e demais elementos necessários ao adequado funcionamento do sistema e alimentação da rede de oxigênio existente.

5.5. A contratada será responsável pela manutenção preventiva e corretiva dos cilindros, tanque criogênico e demais equipamentos vinculados ao objeto, devendo executar as intervenções necessárias para garantir o funcionamento contínuo e seguro do sistema, sem ônus adicional para a Administração.

5.6. Os equipamentos disponibilizados deverão observar as normas técnicas aplicáveis, possuir identificação adequada e apresentar condições compatíveis com utilização em ambiente hospitalar e assistencial.

5.7. O abastecimento deverá ocorrer de forma parcelada, conforme demanda da Administração, mediante requisição formal dos setores competentes, observados os prazos, locais e condições definidos neste Termo de Referência.

5.8. Para situações regulares de abastecimento e reposição, deverá ser observado prazo máximo de atendimento de até 24 (vinte e quatro) horas, contadas da solicitação formal da Administração.

5.9. Para situações emergenciais que envolvam risco de desabastecimento ou comprometimento da continuidade assistencial, o atendimento deverá ocorrer em prazo máximo de até 02 (duas) horas, contadas da comunicação pela Administração.

5.10. Para o início do fornecimento de oxigênio medicinal líquido, quando necessária instalação, adequação, substituição ou operacionalização do sistema criogênico, deverá ser observado prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da ordem de serviço.

5.11. A contratada deverá manter suporte técnico e canal de atendimento disponível durante toda a execução contratual para registro de ocorrências, solicitações emergenciais e acionamento de manutenção.

5.12. Quando necessário, a contratada deverá prestar orientações operacionais básicas aos servidores indicados pela Administração quanto ao uso adequado dos equipamentos disponibilizados.

5.13. A execução contratual deverá observar medidas de segurança operacional, prevenção de vazamentos, controle de perdas e demais cuidados necessários ao manuseio, transporte e armazenamento de gases medicinais.

5.14. Ao término da contratação ou quando determinada substituição pela Administração, caberá à contratada realizar a retirada dos equipamentos disponibilizados em comodato, sem prejuízo da continuidade dos serviços e observadas as condições operacionais existentes.

6. INDICAÇÃO OU VEDAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS

6.1. A Administração, como regra geral, não realizará indicação nem vedação de marcas, modelos ou fabricantes específicos, devendo as especificações técnicas constantes deste Termo de



Referência serem suficientes para caracterização do objeto, em observância aos princípios da isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2. A ausência de indicação de marca pela Administração não afasta a obrigação da licitante de informar, em sua proposta, quando aplicável, a marca, modelo, fabricante ou identificação técnica dos produtos e equipamentos ofertados, sob pena de desclassificação quando inviabilizada a adequada identificação do objeto.

6.3. Excepcionalmente, poderá ser admitida referência a marca ou modelo como padrão mínimo de qualidade ou quando tecnicamente justificada, admitindo-se produto equivalente, similar ou de melhor qualidade, mediante comprovação pela licitante.

6.4. É vedada a inclusão de especificações excessivas ou desnecessárias que restrinjam indevidamente a competitividade.

6.5. A Administração poderá realizar diligências para verificação da conformidade dos produtos, equipamentos e especificações apresentados pela licitante.

7. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

7.1. Para a presente contratação, não será exigida apresentação de amostras, considerando que as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência, associadas às exigências de habilitação, documentação técnica aplicável e mecanismos de fiscalização contratual, mostram-se suficientes para verificação da adequação do objeto às necessidades da Administração.

7.2. Excepcionalmente, mediante decisão devidamente motivada, poderá ser solicitada documentação técnica complementar, catálogos, fichas técnicas, manuais, certificados ou outros elementos necessários à verificação de conformidade do objeto ofertado, observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e do formalismo moderado.

8. DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE OU GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

8.1. Não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, distribuidor ou qualquer terceiro vinculado aos produtos ou equipamentos ofertados, por não se mostrar necessária à adequada execução do objeto e por poder restringir indevidamente a competitividade do certame.

8.2. Também não será exigida garantia da contratação, considerando a natureza do objeto, o regime de execução adotado e a inexistência de elementos que justifiquem a medida, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, permanecendo assegurados os mecanismos ordinários de fiscalização, aplicação de penalidades e responsabilização contratual previstos na legislação e nos instrumentos convocatórios.

9. SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto desta contratação, considerando a natureza do fornecimento, a criticidade do objeto para continuidade dos serviços de saúde e a necessidade de controle direto quanto à qualidade, rastreabilidade, segurança, abastecimento, manutenção e condições de execução do objeto.

9.2. A contratada deverá executar integralmente o objeto, permanecendo responsável por todas as



obrigações contratuais assumidas, não podendo transferir a terceiros, no todo ou em parte, o fornecimento do oxigênio medicinal, a disponibilização dos equipamentos em comodato, o abastecimento, a manutenção ou os demais serviços vinculados à execução contratual, sem prejuízo das responsabilidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

9.3. Não se caracteriza como subcontratação a utilização de serviços auxiliares ou acessórios, tais como transporte, logística, manutenção de frota ou atividades de apoio operacional, desde que não haja transferência da responsabilidade pela execução do objeto, permanecendo a contratada integralmente responsável perante a Administração.

10. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

10.1. **Não** será exigida garantia da contratação para a presente contratação, considerando a natureza do objeto, o regime de execução adotado e a inexistência de elementos que justifiquem a medida, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2. A não exigência de garantia não afasta a responsabilidade da contratada pela integral execução do objeto, pelo cumprimento das obrigações assumidas e pela aplicação das penalidades cabíveis em caso de inadimplemento contratual, observadas as disposições legais, contratuais e editalícias.

11. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

11.1. O objeto será executado de forma parcelada, contínua e sob demanda, mediante emissão de autorização, requisição ou instrumento equivalente expedido pela Administração, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, Edital, Ata de Registro de Preços e instrumentos decorrentes.

11.2. O fornecimento compreenderá a disponibilização de oxigênio medicinal em estado gasoso e líquido, incluindo todos os insumos, equipamentos, acessórios, instalações, abastecimentos, substituições, manutenções e demais providências necessárias à perfeita execução contratual, sem ônus adicional para a Administração, salvo previsão expressa.

11.3. O fornecimento de oxigênio medicinal gasoso será realizado mediante disponibilização de cilindros em regime de comodato, cabendo à contratada realizar abastecimento, substituição, transporte, manutenção e garantia das condições adequadas de funcionamento e segurança dos equipamentos fornecidos.

11.4. O fornecimento de oxigênio medicinal líquido será executado mediante cessão de tanque criogênico em regime de comodato, incluindo instalação, abastecimento, monitoramento, manutenção preventiva e corretiva, instrumentação, suporte técnico e todos os serviços necessários ao adequado funcionamento do sistema e alimentação da rede de gases medicinais existente.

11.5. A contratada deverá assegurar o abastecimento contínuo e ininterrupto do sistema, adotando medidas preventivas e operacionais necessárias para evitar descontinuidade no fornecimento, especialmente em unidades de atendimento crítico.

11.6. A execução contratual deverá observar as normas técnicas, sanitárias, ambientais e de segurança aplicáveis ao objeto, incluindo armazenamento, transporte, manuseio, abastecimento e utilização dos equipamentos disponibilizados.



11.7. A contratada será responsável pela disponibilização de equipe, equipamentos, veículos, materiais, instrumentos e estrutura operacional necessários à execução do objeto, respondendo integralmente pela qualidade do fornecimento e pela regularidade dos serviços associados.

11.8. Sempre que constatada falha operacional, irregularidade de abastecimento, defeito em equipamentos ou qualquer condição que possa comprometer a continuidade do fornecimento, a contratada deverá adotar imediatamente as medidas corretivas necessárias, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

11.9. O abastecimento, manutenção, substituição de equipamentos e demais atividades relacionadas à execução deverão ocorrer sem interrupção dos serviços assistenciais e sem prejuízo ao funcionamento das unidades atendidas.

11.10. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) designado(s) pela Administração, nos termos da legislação vigente e das disposições específicas constantes deste Termo de Referência.

12. REGRAS RELATIVAS À EXECUÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

12.1. O objeto será executado de forma futura, eventual e parcelada, conforme demanda da Administração, mediante emissão de autorização, requisição ou instrumento equivalente expedido pela Secretaria Municipal de Saúde ou setor competente.

12.2. O fornecimento deverá assegurar abastecimento contínuo, seguro e ininterrupto de oxigênio medicinal durante toda a vigência contratual, considerando tratar-se de insumo essencial à manutenção da vida e ao funcionamento regular dos serviços públicos de saúde.

12.3. As entregas, abastecimentos e serviços associados deverão atender as necessidades das unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde, especialmente Hospital Municipal, Unidade de Terapia Intensiva – UTI, Pronto Socorro, unidades descentralizadas e demais locais indicados pela Administração.

12.4. O fornecimento do oxigênio medicinal gasoso compreenderá, conforme demanda, abastecimento, entrega, recolhimento, substituição e disponibilização dos cilindros em regime de comodato, incluindo transporte especializado e garantia das condições adequadas de armazenamento, conservação e utilização.

12.5. O fornecimento do oxigênio medicinal líquido compreenderá abastecimento do tanque criogênico, cessão em regime de comodato, instalação, operação assistida, instrumentação, manutenção preventiva e corretiva, monitoramento e todas as medidas necessárias ao funcionamento contínuo e adequado do sistema.

12.6. Caberá à contratada disponibilizar todos os equipamentos, acessórios, conexões, vaporizadores, instrumentos, dispositivos de segurança, mão de obra especializada, transporte e demais recursos necessários à integral execução do objeto, sem custos adicionais para a Administração, salvo previsão expressa.

12.7. Para demandas regulares de abastecimento, reposição ou substituição, o prazo máximo para atendimento será de até 24 (vinte e quatro) horas, contadas da solicitação formal da Administração.

12.8. Para situações emergenciais que envolvam risco de desabastecimento, falha operacional, redução crítica de estoque ou comprometimento da continuidade dos atendimentos, o prazo máximo



para atendimento será de até 02 (duas) horas, contadas da comunicação realizada pela Administração.

12.9. O início do fornecimento de oxigênio medicinal líquido, quando envolver instalação, adequação, substituição ou operacionalização do sistema criogênico, deverá ocorrer em prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da ordem de serviço.

12.10. A contratada deverá garantir compatibilidade técnica entre os equipamentos disponibilizados e a infraestrutura existente nas unidades atendidas, responsabilizando-se por adequações operacionais necessárias à perfeita execução do objeto.

12.11. Considerando a existência de sistema criogênico e rede de gases medicinais já implantados, eventual substituição de equipamentos, transição contratual ou intervenção operacional deverá ocorrer de forma planejada e assistida, sem interrupção do abastecimento e sem prejuízo ao atendimento dos pacientes.

12.12. A contratada deverá manter suporte técnico e atendimento disponível durante toda a execução contratual para registro de ocorrências, acionamento emergencial e atendimento das demandas operacionais da Administração.

12.13. Deverão ser realizadas manutenções preventivas e corretivas periódicas nos cilindros, tanque criogênico e demais equipamentos disponibilizados, incluindo inspeções, verificações operacionais, instrumentação, ajustes e substituições necessárias para preservação da segurança e continuidade do sistema.

12.14. Em caso de falha operacional, vazamento, defeito, interrupção do abastecimento ou qualquer evento que possa comprometer a continuidade dos serviços de saúde, a contratada deverá adotar imediatamente medidas corretivas e plano de contingência adequado, inclusive com fornecimento alternativo emergencial, quando necessário.

12.15. Os equipamentos disponibilizados deverão permanecer identificados, em condições adequadas de funcionamento, conservação, estanqueidade, segurança e conformidade técnica durante toda a execução contratual.

12.16. O recebimento dos produtos e serviços não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada quanto à qualidade do fornecimento, conformidade sanitária, desempenho operacional e atendimento integral das obrigações contratuais.

12.17. Constatadas irregularidades, inconformidades técnicas ou descumprimento das especificações estabelecidas, a Administração poderá exigir correção, substituição, complementação ou reexecução, sem prejuízo das sanções cabíveis.

13. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO E DE PAGAMENTO

13.1. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

13.1.1. O recebimento do objeto ocorrerá de forma parcelada, conforme demanda da Administração, observadas as disposições deste Termo de Referência, da Ata de Registro de Preços e do instrumento contratual decorrente.

13.1.2. O objeto será recebido provisoriamente no ato da entrega, abastecimento ou execução dos serviços associados, para verificação preliminar quanto à quantidade, integridade aparente, funcionamento e conformidade com a requisição emitida.



13.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá após conferência pela fiscalização contratual quanto ao atendimento integral das especificações técnicas, qualidade do fornecimento, regularidade operacional dos equipamentos disponibilizados em comodato e conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

13.1.4. Para fins de aceitação, poderão ser verificados, entre outros aspectos:

- I. conformidade do oxigênio medicinal com as especificações exigidas;
- II. regularidade do abastecimento realizado;
- III. integridade e condições de funcionamento dos cilindros, tanque criogênico e equipamentos associados;
- IV. cumprimento dos prazos de atendimento e abastecimento;
- V. execução adequada dos serviços de manutenção, suporte técnico e demais obrigações vinculadas ao objeto.

13.1.5. O recebimento definitivo não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada quanto à qualidade do objeto fornecido, à segurança operacional, ao desempenho dos equipamentos e ao cumprimento das obrigações contratuais.

13.1.6. Constatadas irregularidades, inconformidades técnicas ou descumprimento das condições estabelecidas, a Administração poderá rejeitar total ou parcialmente o objeto, determinando substituição, correção, complementação ou reexecução, sem prejuízo das sanções cabíveis.

13.2. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.2.1. O pagamento será realizado de forma parcelada, de acordo com os quantitativos efetivamente fornecidos, abastecidos, executados e regularmente recebidos pela Administração, mediante apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente.

13.2.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da liquidação da despesa, após o recebimento definitivo do objeto e apresentação regular dos documentos exigidos para instrução do pagamento, observadas a ordem cronológica e a disponibilidade financeira.

13.2.3. Para fins de liquidação da despesa, a contratada deverá apresentar Nota Fiscal emitida em conformidade com o objeto efetivamente executado, acompanhada dos documentos eventualmente exigidos pela legislação aplicável e pelos procedimentos internos da Administração.

13.2.4. Antes da realização do pagamento, a Administração poderá verificar a manutenção das condições exigidas para contratação e execução contratual, especialmente quanto à regularidade fiscal e trabalhista da contratada, observado o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2.5. Havendo erro na Nota Fiscal, inconsistência documental, pendência relacionada à execução do objeto ou necessidade de esclarecimentos complementares, o prazo para pagamento ficará suspenso até a regularização pela contratada, sem incidência de atualização financeira ou ônus para a Administração.

13.2.6. O pagamento será realizado exclusivamente por meio de ordem bancária em conta de titularidade da contratada.

13.3. DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

13.3.1. Sobre os pagamentos efetuados incidirão as retenções tributárias previstas na legislação vigente, especialmente no Decreto Municipal nº 2.669, de 26 de setembro de 2023, que dispõe sobre a retenção de tributos nos pagamentos efetuados pelos órgãos da Administração Pública Municipal



Direta e Indireta, bem como demais normas tributárias aplicáveis.

13.3.2. Eventual pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, compensação, retenção contratual ou qualquer ajuste financeiro observará os requisitos legais e contratuais aplicáveis.

13.3.3. Não será admitido pagamento antecipado, salvo nas hipóteses legalmente admitidas e mediante justificativa formal da Administração.

13.3.4. É vedada a cessão de crédito decorrente desta contratação sem prévia autorização da Administração, observadas as disposições legais aplicáveis.

14. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

14.1. O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da regulamentação aplicável.

14.2. O critério de julgamento das propostas será o de menor preço por item, observadas as especificações técnicas, condições de execução e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

14.3. A disputa será realizada em ambiente eletrônico, por meio da plataforma indicada no instrumento convocatório, assegurando transparência, competitividade, ampla participação dos licitantes e rastreabilidade dos atos praticados.

14.4. A seleção do fornecedor observará os princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia, competitividade, julgamento objetivo, eficiência e vinculação ao instrumento convocatório.

14.5. TRATAMENTO FAVORECIDO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

14.5.1. Será assegurado tratamento favorecido, diferenciado e simplificado às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e regulamentação municipal aplicável.

14.5.2. O certame contemplará divisão em cota principal e cota reservada, quando aplicável, observando o disposto no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006 e as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

14.5.3. A divisão entre cota principal e cota reservada, quando aplicável, observará os critérios e correspondências definidos na planilha constante do item 2.2 e demais disposições deste Termo de Referência.

14.5.4. O item referente ao fornecimento de oxigênio medicinal em estado líquido, com cessão de tanque criogênico em regime de comodato, permanecerá destinado à livre concorrência, observadas as justificativas técnicas constantes deste Termo de Referência quanto à inviabilidade operacional de divisão da execução.

14.6. FORMA DE FORNECIMENTO

14.6.1. O fornecimento será realizado de forma futura, eventual e parcelada, conforme necessidade da Administração, durante a vigência da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos dela decorrentes.

14.6.2. A contratação não obriga a Administração à aquisição integral dos quantitativos estimados, sendo os fornecimentos realizados conforme demanda efetiva dos setores requisitantes.



14.6.3. As solicitações serão formalizadas mediante emissão de autorização de fornecimento, ordem de serviço, requisição ou instrumento equivalente expedido pela Administração.

14.6.4. O fornecimento compreenderá todos os insumos, equipamentos, abastecimentos, transportes, instalações, manutenções e demais serviços acessórios necessários à integral execução do objeto, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

14.7. ADJUDICAÇÃO E CONTRATAÇÃO

14.7.1. A adjudicação será realizada por item, observadas as regras de participação, cotas e critérios de julgamento estabelecidos no Edital.

14.7.2. A formalização da contratação ocorrerá por meio de Ata de Registro de Preços, podendo ser complementada por contrato administrativo ou instrumento equivalente, conforme necessidade da Administração e legislação aplicável.

15. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO - PARA FINS DE HABILITAÇÃO, DEVERÁ O LICITANTE COMPROVAR OS SEGUINTE REQUISITOS:

15.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

15.1.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

15.1.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

15.1.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

15.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

15.1.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

15.1.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

15.1.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

15.1.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

15.1.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da



consolidação respectiva.

15.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

15.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**) ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

15.2.2. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);

15.2.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a (**CNDT**) Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

15.2.4. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do município domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

15.2.5. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do estado domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

15.2.6. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à **Dívida Ativa da União** (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

15.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

15.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

15.2.9. **Certidão Simplificada, Ou Simplificada Digital da Junta Comercial**, com data de emissão máxima de 90 (Noventa) dias, para fins de comprovação da condição de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP);

15.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

15.3.1. **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;

15.3.2. **BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei (termo de abertura e encerramento do livro diário quando o registro do Órgão Competente constar somente neste), devidamente autenticados na Junta Comercial do Estado de sua sede ou domicílio ou em outro órgão equivalente.

15.3.3. Serão considerados e aceitos como na forma da lei os balanços patrimoniais e demonstrações contábeis que contenham as seguintes exigências:

15.3.4. Quando se tratar de sociedades anônimas, o balanço deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial do Estado de sua sede e jornais de grande circulação;

15.3.5. Quando se tratar de outro tipo societário, o balanço patrimonial acompanhado dos termos de



abertura e de encerramento dos livros contábeis deverá possuir **registro no órgão competente**;

15.3.6. Quando a licitante, se utilizar da escrituração em forma eletrônica (SPED), deverá ser apresentada a escrituração em livro digital, que deverá conter o balanço patrimonial e demonstrativo de resultado autenticado na forma eletrônica, acompanhado do Recibo de entrega do livro digital/Termo de Autenticação do Livro Diário.

15.3.7. Quando se tratar de sociedade constituída há menos de um ano, esta, deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

15.3.8. Os documentos referidos no item 16.3.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos.

15.3.9. A boa situação econômico-financeira da licitante será comprovada através de memorial de cálculo, assinado por profissional habilitado da área contábil, conforme os índices a seguir mencionados:

15.3.9.1. Índice de Liquidez Corrente: $ILC = AC / PC$, onde $ILC \geq 1,0$;

15.3.9.1.1. ILC = Liquidez Corrente; AC = Ativo Circulante; PC = Passivo Circulante.

15.3.9.2. **Índice de Liquidez Geral: $ILG = (AC + RLP) / (PC + Ex. LP)$** , onde $ILG \geq 1,0$;

15.3.9.2.1. ILG = Índice de Liquidez Geral; AC = Ativo Circulante; RLP = Realizável a Longo Prazo; PC = Passivo Circulante; ELP = Exigível a Longo Prazo.

15.3.9.3. **Índice de Solvência Geral: $ISG = (AT) / (PC + PNC)$** , onde $ISG \geq 1,0$;

15.3.9.3.1. ILG = Índice de Liquidez Geral; AT = Ativo Total; PC = Passivo Circulante; PNC = Passivo não Circulante.

15.3.10. Considerando que será exigida a apresentação dos balanços patrimoniais dos últimos 02 (dois) exercícios, deverão ser elaborados um memorial para cada exercício financeiro apresentado.

15.3.11. A licitante que não atender em um dos exercícios as exigências acima dispostas, poderá de forma subsidiária para fins de qualificação econômico-financeira, comprovar patrimônio líquido ou capital social de no mínimo 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

15.3.12. Caso a licitante não cumpra nenhuma das exigências dispostas, ela será considerada inabilitada do certame.

15.4. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

15.4.1. Deverá ser apresentado **um ou mais atestado(s)** de capacidade técnica da empresa, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto desta licitação, vedada a emissão de atestado(s) pela própria empresa licitante ou por empresa integrante do mesmo grupo empresarial. O(s) atestado(s) deverá(ão), obrigatoriamente, conter as seguintes informações mínimas:

a) Nome, CNPJ e endereço completo da emitente;

b) Descrição dos serviços prestados ou produtos fornecidos, com indicação de que são compatíveis com o objeto desta licitação;

c) Nome e CNPJ da empresa que executou os serviços;



d) Data de emissão do atestado;

e) Assinatura e identificação do signatário, com indicação do nome e do cargo ou função que exerce junto à emitente.

15.5. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR PARA FINS DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

15.5.1. A licitante vencedora deverá apresentar, previamente ao início da execução contratual, os documentos técnicos e autorizações exigidos pela legislação aplicável ao objeto, necessários à regular execução do fornecimento de oxigênio medicinal e operação dos equipamentos vinculados à contratação.

15.5.2. Quando aplicável ao enquadramento da empresa e à atividade exercida, deverá ser apresentada Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, válida e compatível com o objeto contratado.

15.5.3. Deverá ser apresentada Licença Sanitária vigente, expedida pelo órgão sanitário competente, compatível com as atividades relacionadas ao objeto contratado, quando exigida pela legislação aplicável.

15.5.4. Quando aplicável, deverá ser apresentada comprovação de regularidade para transporte, armazenamento, distribuição, abastecimento ou manuseio de gases medicinais, mediante apresentação das autorizações, licenças, registros ou documentos equivalentes exigidos pelos órgãos competentes.

15.5.5. Para fins de comprovação da capacidade operacional, deverá ser apresentado atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando fornecimento satisfatório de objeto compatível com esta contratação, admitindo-se fornecimento de oxigênio medicinal e/ou operação, abastecimento, instalação, manutenção ou suporte relacionado a sistemas de gases medicinais ou sistema criogênico equivalente.

15.5.6. A Administração poderá promover diligências para verificação da autenticidade, validade, abrangência e compatibilidade dos documentos apresentados, observado o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

16. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

16.1. O valor total estimado para a presente contratação é de R\$ 3.268.910,00 (três milhões, duzentos e sessenta e oito mil, novecentos e dez reais), apurado com base em pesquisa de preços realizada pela Administração e demais documentos que integram a fase preparatória do processo.

16.2. Para composição do valor estimado foram considerados os quantitativos definidos pela área demandante, histórico de consumo, características operacionais das unidades atendidas, memória de cálculo, pesquisa de mercado e demais elementos técnicos constantes dos autos.

16.3. Os valores unitários e totais estimados encontram-se detalhados na planilha constante do item 2.2 deste Termo de Referência, integrando o presente instrumento para todos os fins.

16.4. Os quantitativos e respectivos valores possuem caráter estimativo, não gerando à Administração obrigação de contratação integral ou consumo mínimo durante a vigência da Ata de Registro de Preços, podendo sofrer variações conforme necessidade efetiva dos setores requisitantes.

16.5. O valor estimado tem finalidade exclusivamente referencial para fins de planejamento,



definição da modalidade licitatória, reserva orçamentária quando aplicável, análise de vantajosidade e julgamento de exequibilidade das propostas, não constituindo obrigação de contratação integral pela Administração.

16.6. O detalhamento da metodologia de pesquisa de preços, documentos de suporte e memória de cálculo permanece juntado aos autos do processo administrativo, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e regulamentação aplicável.

17. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

17.1. A gestão e fiscalização da contratação serão exercidas por servidores formalmente designados pela Administração, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 2.621/2023 e da Portaria nº 16.159, de 02 de fevereiro de 2026, ou outra que venha substituí-la.

17.2. A gestão contratual terá por finalidade acompanhar a execução do objeto sob os aspectos administrativos e contratuais, promovendo as medidas necessárias ao adequado cumprimento das obrigações assumidas.

17.3. A fiscalização contratual será exercida com o objetivo de verificar o cumprimento das especificações técnicas, condições de fornecimento, prazos de atendimento, qualidade dos produtos, regularidade operacional dos equipamentos disponibilizados em comodato e demais exigências previstas neste Termo de Referência.

17.4. Compete ao gestor do contrato, entre outras atribuições previstas na regulamentação aplicável:

- a) acompanhar a execução contratual sob os aspectos administrativos;
- b) controlar prazos, vigência e ocorrências relevantes;
- c) adotar providências para correção de falhas verificadas;
- d) promover os atos necessários à instrução de pagamentos, reajustes, penalidades e demais medidas administrativas.

17.5. Compete ao fiscal do contrato, entre outras atribuições previstas na regulamentação aplicável:

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto;
- b) verificar o cumprimento das especificações técnicas e condições estabelecidas;
- c) registrar ocorrências e comunicar irregularidades ao gestor do contrato;
- d) atestar o recebimento do objeto para fins de liquidação e pagamento;
- e) solicitar correções, substituições ou complementações quando constatadas inconformidades.

17.6. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela integral execução do objeto, permanecendo esta responsável pela qualidade do fornecimento, segurança operacional, funcionamento dos equipamentos disponibilizados e atendimento das obrigações assumidas.

17.7. A contratada deverá prestar todas as informações solicitadas, permitir acesso aos locais de execução e disponibilizar documentos, registros e elementos necessários ao acompanhamento e fiscalização contratual.

17.8. Eventuais falhas, irregularidades ou descumprimentos constatados durante a execução deverão ser registrados e comunicados à contratada para adoção das medidas corretivas cabíveis,



sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação e instrumentos contratuais.

17.9. O acompanhamento e fiscalização da execução observarão os princípios da eficiência, continuidade do serviço público, prevenção de riscos, economicidade e interesse público, considerando a criticidade do objeto para atendimento da rede municipal de saúde.

18. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. Por se tratar de contratação processada por meio do Sistema de Registro de Preços – SRP, a indicação de dotação orçamentária fica dispensada nesta fase do procedimento, nos termos da legislação vigente.

18.2. A existência de disponibilidade orçamentária será verificada previamente à formalização das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços e emissão do respectivo empenho, quando aplicável.

18.3. As despesas decorrentes das futuras contratações correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente do Município de Monte Carmelo/MG, observadas as classificações orçamentárias indicadas pela Secretaria requisitante no momento da contratação.

18.4. A execução das futuras contratações ficará condicionada à existência de crédito orçamentário suficiente e à observância das normas de responsabilidade fiscal, planejamento e execução orçamentária aplicáveis.

19. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO DO OBJETO

19.1. Nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração avaliou a viabilidade de parcelamento do objeto, observando critérios técnicos, operacionais, econômicos e de ampliação da competitividade, buscando a seleção da proposta mais vantajosa e o atendimento ao interesse público.

19.2. Considerando as características da contratação, o objeto foi estruturado por itens, permitindo maior competitividade e ampliação da participação de fornecedores, sem prejuízo da qualidade, continuidade e eficiência da execução contratual.

19.3. O parcelamento adotado contempla separação entre o fornecimento de oxigênio medicinal gasoso em cilindros e o fornecimento de oxigênio medicinal líquido por sistema criogênico, respeitando as diferenças operacionais, logísticas e estruturais de cada solução de abastecimento.

19.4. Para os itens referentes ao fornecimento de oxigênio medicinal gasoso com cilindros em regime de comodato, foi adotada divisão em cota principal e cota reservada, nos termos do art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, por se tratar de fornecimento que admite divisão sem comprometimento da execução contratual ou da qualidade do atendimento.

19.5. Em relação ao item destinado ao fornecimento de oxigênio medicinal em estado líquido com cessão de tanque criogênico em regime de comodato, não foi adotado parcelamento interno nem divisão em cotas, considerando a inviabilidade técnica e operacional da execução por múltiplos fornecedores.

19.6. O sistema criogênico constitui solução integrada composta por tanque de armazenamento, equipamentos acessórios, abastecimento, instrumentação, manutenção e alimentação direta da rede



de gases medicinais do Hospital Municipal e Unidade de Terapia Intensiva – UTI, exigindo gestão centralizada e responsabilidade operacional única.

19.7. A divisão da execução deste item poderia ocasionar conflitos operacionais, dificuldades de definição de responsabilidades, aumento do risco de desabastecimento, incompatibilidade entre equipamentos, prejuízo à rastreabilidade do insumo e comprometimento da continuidade dos serviços assistenciais.

19.8. Assim, conclui-se que o parcelamento do objeto foi adotado na medida tecnicamente viável e operacionalmente adequada, preservando a competitividade do certame sem comprometer a segurança, eficiência, economicidade e continuidade dos serviços públicos de saúde.

20. DA PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

20.1. As partes comprometem-se a observar e cumprir integralmente a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), relativamente aos dados pessoais eventualmente acessados, tratados ou compartilhados em razão do procedimento licitatório e da execução contratual.

20.2. Os dados pessoais eventualmente obtidos deverão ser utilizados exclusivamente para as finalidades relacionadas ao cumprimento das obrigações decorrentes da contratação, observados os princípios da finalidade, adequação, necessidade, segurança, transparência e boa-fé previstos na LGPD.

20.3. É vedada a utilização, divulgação, compartilhamento ou tratamento dos dados pessoais para finalidade diversa daquela vinculada ao objeto da contratação, salvo obrigação legal ou autorização expressamente admitida pela legislação aplicável.

20.4. A contratada deverá adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, perda, destruição, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

20.5. Encerrada a execução contratual, os dados pessoais eventualmente tratados deverão ser eliminados ou mantidos apenas nas hipóteses legalmente autorizadas, observadas as disposições dos arts. 15 e 16 da LGPD.

20.6. Em caso de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares dos dados, a contratada deverá comunicar formalmente a Administração no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas da ciência do fato, prestando as informações necessárias para adoção das medidas cabíveis.

20.7. A Administração poderá solicitar informações e promover diligências para verificar o cumprimento das obrigações relacionadas à proteção de dados pessoais, devendo a contratada prestar os esclarecimentos solicitados.

20.8. Para os fins desta contratação, a Administração atuará, em regra, na condição de Controladora dos dados pessoais eventualmente tratados e a contratada na condição de Operadora, nos termos da Lei nº 13.709/2018.

21. CONSIDERAÇÕES FINAIS

21.1. O presente Termo de Referência foi elaborado em observância às disposições da Lei Federal



nº 14.133/2021, legislação complementar aplicável, regulamentação municipal vigente e demais normas pertinentes ao objeto, com fundamento nos documentos que compõem a fase preparatória da contratação.

21.2. A solução definida pela Administração foi estruturada considerando as necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Saúde, o perfil de consumo das unidades atendidas, a continuidade dos serviços assistenciais e a busca da proposta mais vantajosa para a Administração.

21.3. A contratação contempla fornecimento futuro, eventual e parcelado de oxigênio medicinal em estado gasoso e líquido, incluindo disponibilização dos equipamentos necessários em regime de comodato, observadas as condições técnicas, operacionais e de segurança estabelecidas neste Termo de Referência.

21.4. Para os itens tecnicamente divisíveis foi adotado tratamento favorecido às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas, mediante divisão em cota principal e cota reservada, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, preservando-se a competitividade e a adequada execução contratual.

21.5. Para o item referente ao fornecimento de oxigênio medicinal em estado líquido com cessão de tanque criogênico em regime de comodato, optou-se pela manutenção em item único destinado à livre concorrência, diante da inviabilidade técnica e operacional de fracionamento da execução, considerando a necessidade de infraestrutura integrada, responsabilidade operacional centralizada e garantia da continuidade assistencial.

21.6. Os quantitativos previstos possuem caráter estimativo, não gerando obrigação de contratação integral por parte da Administração, sendo os fornecimentos realizados conforme demanda efetiva durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

21.7. A execução contratual deverá observar integralmente as exigências sanitárias, técnicas, operacionais, ambientais e de segurança aplicáveis ao objeto, garantindo qualidade do fornecimento, funcionamento adequado dos equipamentos disponibilizados e continuidade do abastecimento das unidades de saúde.

21.8. Permanecem vinculados a este Termo de Referência o Documento de Formalização da Demanda – DFD, Estudo Técnico Preliminar – ETP, análise de riscos, pesquisa de preços, memória de cálculo e demais documentos constantes dos autos, para todos os fins de interpretação, execução e fiscalização da futura contratação.

21.9. Diante dos elementos técnicos e administrativos apresentados, conclui-se pela viabilidade e adequação da presente contratação, por atender ao interesse público, à necessidade administrativa e aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e continuidade dos serviços públicos de saúde.

Monte Carmelo, 19 de maio de 2026.

Paulo Rodrigues Rocha

Secretaria Municipal de Saúde

Prefeitura Municipal de Monte Carmelo